

CONFLITO IRÃ- IRAQUE A PARTIR DO BRASIL

Andrew Patrick Traumann (Centro Universitário de Curitiba)¹

111

RESUMO

Este artigo trata do papel do Brasil no conflito Irã-Iraque por meio da venda de veículos militares e outros equipamentos para o Iraque e como as empresas brasileiras operaram em território iraquiano durante a guerra.

Palavras-chave: Brasil, armas, Iraque, Irã, Saddam Hussein, Khomeini.

ABSTRACT

This paper is about the role of Brazil in the Iran-Iraq conflict by the selling of military vehicles and other equipments to Iraq and how Brazilian companies operated in the Iraqi territory during the war.

Key words: Brazil, weapons, Iraq, Iran, Saddam Hussein, Khomeini.

No início da década de 1980, tanto Brasil quanto Iraque ambicionavam a hegemonia em suas regiões, o que colaborou para o desenvolvimento das relações bilaterais nos campos da indústria bélica e no desenvolvimento de energia atômica. No entanto, devido a Guerra Fria, os chamados países emergentes tinham que ser cautelosos nas suas negociações entre si, para não incorrer em sanções por parte das superpotências. Com a segunda crise energética, ocorrida em 1979, e a instabilidade no fornecimento de petróleo causado pela Revolução Iraniana, a relação entre Brasil e Iraque é incrementada devido à necessidade brasileira do combustível. Como o Iraque era um importante

¹ Doutor em História UFPR. Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário de Curitiba.
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4753938E4>

fornecedor de petróleo para o Ocidente e seu governo considerado pelas superpotências como amistoso em comparação com o Irã e outras nações vizinhas, foi feita uma aproximação com aquele país. Além disso, o Iraque representava, aos olhos das superpotências, um dique de contenção do chamado fundamentalismo islâmico, e foi provido pelos EUA com armamento pesado e teve acesso a tecnologias sensíveis na guerra contra o Irã. O Brasil beneficiou-se muito deste contexto de tolerância às transgressões iraquianas, vendendo todo tipo de produtos ao Iraque, e mesmo nunca conseguindo equilibrar sua balança comercial com Bagdá, não mostrou sinais de desânimo. Um exemplo disso é que às vésperas da invasão do Iraque ao Kuwait, em 1990, o Brasil negociava com os iraquianos a venda de um satélite militar. Seria um dos últimos lances de uma história que começara quase três décadas antes.

Por vários anos, o Iraque foi um dos principais parceiros do Brasil, sendo o maior importador de serviços de engenharia e produtos industrializados brasileiros. O que facilitou de sobremaneira o comércio entre os dois países e principalmente o Brasil era o *Barter Trade*, uma espécie de escambo de petróleo por mercadorias. A partir de 1973, ano da crise do petróleo o superávit dos países produtores aumentou de forma impressionante saltando de 6, 6 bilhões de dólares para 67, 6 bilhões de dólares (ATTUCH, 2003).

Em contrapartida, o déficit dos países compradores também aumentou drasticamente. Com a intensificação do comércio entre Brasil e Oriente Médio, esta região do globo que, em 1970 correspondia a apenas 4,2% das exportações brasileiras, chegou em 1980 a 34%%. (ATTUCH, 2003) Com o aumento das taxas de juro decorrentes do segundo choque do petróleo sobrecarregaram os pagamentos da dívida externa do Brasil e pressionou ainda mais a abertura do país para as exportações, pois necessitava dispor de mais divisas. Foi nesse momento que o Brasil privilegia o Iraque como principal abastecedor de petróleo e montando uma ampla infraestrutura para permitir a exportação de bens duráveis brasileiros aos iraquianos (MONTENEGRO, 1992).

As compras brasileiras neste país passaram de 795 milhões de dólares em 1978 para mais de três bilhões em 1980. Em 1978, o Iraque era o quarto fornecedor de petróleo ao Brasil depois do Japão, Arábia Saudita e EUA. Em 1980, o Iraque já era o maior fornecedor responsável por 20,51% do total das compras brasileiras no exterior, deslocando os EUA para o segundo lugar (MONTENEGRO, 1992).

O Iraque, próspero, atraiu a atenção do mundo todo. Saddam Hussein decidiu lançar um grande programa de desenvolvimento no país em termos de infraestrutura, educação e desenvolvimento bélico. No ano de 1978, o governo iraquiano enviou à São Paulo um grupo de enfermeiras para estagiar em hospitais, conforme o tratado de cooperação técnica que havia sido assinado no ano anterior. No início da década de 1970, o Iraque nacionalizou seu petróleo, até então explorado pela IPC. Apesar da ameaça de embargo por parte dos EUA e da Grã-Bretanha, vários países como Itália, França, Hungria, Espanha e Brasil reconheceram a nacionalização e passaram a importar o produto iraquiano. O reconhecimento imediato da nacionalização por parte do Brasil nunca seria esquecido pelos iraquianos, que sempre tratariam o Brasil de forma especial. O governo brasileiro preocupado com uma possível crise de energia criou a Braspetro, um braço internacional da Petrobrás, que foi criada com o objetivo de prospectar petróleo em regiões distantes.

Criou-se a Braspetro, uma empresa que começou a trabalhar no exterior com o objetivo principal, além de pesquisar e produzir óleo, com fins não só de suprir o abastecimento brasileiro, mas também de conhecer e familiarizar-se com as modalidades de contrato *joint-venture* celebrados por diversos países com as empresas petrolíferas visando a produção de óleo. A Petrobrás conhecia todas essas questões, mas apenas teoricamente, porque estava muito isolada das demais grandes empresas. Sentia-se a necessidade de um maior contato internacional. A abertura de contratos de risco, no governo Geisel, foi uma decorrência da crise ocorrida com a quadruplicação do preço do petróleo pela OPEP (D'ARAUJO E CASTRO, 1997).

Em outubro de 1974, a Braspetro deu início à fase de perfuração de área em território iraquiano, onde fora autorizada a pesquisar e explorar por meio de contrato assinado em agosto de 1972. A empresa esteve na Argélia, na Líbia e no Iraque. E o que encontrou lá superou qualquer expectativa. No delta dos rios Tigre e Eufrates, um campo chamado Majnoon com capacidade de produção de dez bilhões de barris, uma quantidade equivalente a toda a produção atual do Brasil (ATTUCH, 2003).

As negociações sobre a forma de exploração daquelas reservas duraram anos. Os técnicos brasileiros previam que seria necessário um investimento de cerca de US\$2,5 bilhões de dólares para começar a extrair o petróleo. Pelo acordo original, a Petrobrás exploraria o poço, tendo o direito de adquirir 405.000 barris/dia, a preços 25% abaixo do mercado. Outros 300.000 barris/dia ainda seriam vendidos ao Iraque, com base nas cotações em vigor por um período de vinte anos. No entanto, com eclosão da guerra entre Irã e Iraque e a advertência, por parte do governo iraniano de que a área onde se encontrava Majnoon seria considerada zona conflagrada, fez com a Petrobrás mudasse de estratégia tratando de negociar uma indenização para o Brasil. Armando Guedes, da Petrobrás e Shigeaki Ueki, ministro das Minas e Energia em conversações com a equipe do presidente da companhia petrolífera iraquiana, a Somo obteve para o país uma indenização de trezentos milhões de dólares pelo que foi gasto em pesquisas geológicas, mais um fornecimento de cento e cinquenta mil barris por dia durante quinze anos (ATTUCH, 2003).

Armando Guedes, ex-presidente da Petrobrás, conta que certa vez ao chegar a Bagdá numa das mais de cem viagens que fez a cidade naqueles anos, obteve atendimento preferencial de Ramzi Al-Hussein, presidente da Somo que vendeu as 400 mil toneladas que Guedes lhe pediu pelo preço que transacionava normalmente, numa época em que havia ágio de até cinquenta por cento (ATTUCH, 2003).

O perito Fernando César da Silva, que pesquisou os arquivos da Petrobrás entre 1978 e 1988 por determinação da Justiça de Minas Gerais no processo que envolvia a Construtora Mendes Júnior e o Banco do Brasil, descobriu que neste período em que o Brasil trocou automóveis, engenharia e alimentos, a Petrobrás pagava 23,12 dólares o barril enquanto no mercado internacional pagava-se quase 29 dólares. Isto gerou ao país

uma economia de 17,1 bilhões de dólares. Um dos principais fatores para esta relação especial foi a entrada da Construtora Mendes Júnior no Iraque, que, com a experiência de quem já havia construído a maior parte da hidrelétrica de Itaipu e a ponte Rio - Niterói, venceu a concorrência para a realização de obras suntuosas do governo Saddam. Esta vitória num mercado tão concorrido como o então emergente Iraque colocou a Mendes Junior entre as maiores construtoras do mundo.

Com a receita advinda da venda do petróleo o governo iraquiano pretendia fazer uma revolução na infra-estrutura do país, construindo ferrovias, rodovias, pontes, projetos de irrigação, enfim, tudo que um país precisa para se modernizar estruturalmente. A entrada da Mendes Junior abriu as portas para outras empresas brasileiras como a Sadia, a Massey-Ferguson e a Volkswagen. A movimentação financeira era tamanha que, em 1982 foi criado o Banco Brasileiro-Iraquiano, em associação com o Rafidain Bank. O dinheiro iraquiano era forte na época, chegando a valer mais de três dólares. O primeiro desafio da construtora brasileira foi a execução das obras da ferrovia Bagdá-Akashat, que teria nada menos que 533 quilômetros de extensão. Isto num país que contava com fornecimento deficiente de cimento, concreto e demais materiais necessários para a conclusão da obra. E Bagdá exigia que a obra fosse concluída em três anos. A maior parte da mão de obra era brasileira, que vieram com suas famílias para o Iraque onde a Mendes Junior montou verdadeiras cidades, com hospitais, colégios, clubes, restaurantes, etc. Muitos brasileiros conseguiram amear um bom dinheiro no Iraque, pois as refeições e lazer eram gratuitos e, portanto, com exceção das poucas despesas com a educação dos filhos, por exemplo, não tinham onde gastar seu salário (ATTUCH, 2003). Após a conclusão da ferrovia, a Mendes Júnior foi convocada a realizar novas obras: primeiro uma rodovia que atravessava o país todo, chamada Expressway e depois uma das principais obras da empresa, o projeto Sifão. Sua finalidade era tornar agricultável uma grande parte do país cujo solo era excessivamente salinizado.

Este projeto, no entanto jamais seria concluído devido á eclosão de um dos mais sangrentos conflitos do século XX: a guerra Irã-Iraque.

A guerra iniciou-se no final de setembro de 1980, quando Saddam Hussein invade o Irã. O pretexto é o repúdio, por parte do Iraque, ao acordo de Argel (1975), mediado pelo então secretário de Estado americano Henry Kissinger. O referido acordo define os limites dos dois países ao Shatt al Arab (“Costa árabe”), um canal de duzentos quilômetros formado pela confluência dos rios Tigre e Eufrates e que passa entre os dois países. O Iraque alegava necessitar de uma saída para o mar, o que facilitaria o escoamento de sua produção de petróleo. A região abriga importantes instalações petrolíferas, tanto do Irã, quanto do Iraque. Saddam Hussein desejava voltar à situação anterior a 1937, quando o Iraque detinha soberania sobre a totalidade do curso de água. Desde os acordos de 1975, as relações entre Irã-Iraque não registravam incidentes. Inclusive quando o xá caiu e Khomeini retornou de seu exílio, o governo iraquiano enviou uma carta pessoal ao aiatolá desejando sorte ao amigável povo iraniano e à nascente República Islâmica do Irã. Em agosto de 1979, autoridades iraquianas convidaram o então primeiro-ministro Mehdi Bazergan, para fazer uma visita a seu país, reforçando as relações bilaterais entre os dois países. No entanto, a queda do moderado Bazergan, e a ascensão de setores mais radicais com intenções expansionistas azedaram as relações entre os dois países.

Entretanto, foram dois eventos ocorridos em 1980 que prenunciaram o que estaria por vir. Um grupo radical iraniano, Ad-Dawah comete um atentado contra o Ministro das Relações Exteriores, Tariq Aziz. Pouco tempo depois, a mesma organização seria acusada de atentar contra vida de outra autoridade iraquiana, o Ministro da Cultura e Informação Latif Nayyim Jasif. Em represália, o governo iraquiano prendeu vários membros da Ad-Dawah e deportaram milhares de xiitas de origem iraniana, além de condenar à morte o líder da organização, o aiatolá Sayyid Muhamad Baqr as Sadr e sua irmã. Em setembro de 80, começam as primeiras hostilidades, com artilharia pesada sendo usada pelos dois países na fronteira. Poucas semanas depois Saddam Hussein, consideraria ab-rogado o tratado de 1975 e anunciaria que o Shatt Al Arab voltava ao domínio iraquiano. Iniciam-se bombardeios dos dois lados e um conflito extremamente cansativo, inútil e sangrento.

Para acirrar os ânimos, o aiatolá Khomeini, líder iraniano, não esquecera que havia sido expulso por Saddam a pedido do xá Reza Pahlevi, quando de seu exílio em Najaf, e que o líder iraquiano dera apoio ao movimento contra-revolucionário de Shapur Bakhtiar e do general Oveissi, conhecido como o carnicheiro de Teerã, por ter ordenado os massacres contra os manifestantes na época dos protestos contra o xá, que levaram a Revolução Iraniana. A imprensa, na ocasião, chegou a noticiar que Bakhtiar sabia da invasão iraquiana com um mês de antecedência e que teria um acordo com Saddam para ser empossado o novo líder iraniano numa eventual vitória do Iraque.

Mas na verdade, tanto o Iraque, quanto seus aliados, subestimaram a resistência iraniana, devido a aparente desorganização política e econômica do país no período de transição entre o regime do xá e o novo regime. Outro motivo que levou Saddam a estar tão confiante era o enfraquecimento do exército inimigo, já que os principais generais e demais comandantes militares de alta patente do exército iraniano haviam sido executados pelo regime de Khomeini. O ditador iraquiano estimou que talvez jamais se repetissem condições históricas tão favoráveis para o Iraque árabe derrotar o antigo império persa. Era também sua chance de arrebatar para si o posto de senhor do golfo pérsico, vago desde a queda de Pahlevi. O momento também parecia propício para Saddam ocupar o papel de líder do mundo árabe, sucedendo o nacionalista egípcio Gamal Abdel Nasser, morto em 1970.

EUA e União Soviética somente começaram a buscar uma solução efetiva para o conflito quando o Irã assume o controle do porto de Al Faw, no Iraque, em 1986, o mais importante posto de exportação do petróleo iraquiano. Aliás, o mundo ocidental em geral só começa a prestar mais atenção à guerra, a partir de 1984, quando o Irã conquista pontos estratégicos do território iraquiano. A simples menção de outra república islâmica nos moldes do Irã no golfo causava calafrios aos países dependentes do petróleo da região. E como o Iraque também é um país de maioria xiita, a possibilidade era real.

A URSS passa a fornecer armamentos ao Iraque a partir de 1982, quando o Irã pôs o partido comunista iraniano, o Tudeh na ilegalidade e executou boa parte de seus líderes. Já os norte-americanos, que oficialmente não tinham relações com Teerã, negociaram clandestinamente a venda de armas ao Irã, em troca de sua ajuda para libertar reféns americanos no Líbano. Outro motivo do envolvimento ocidental foi o grande prejuízo trazido pelos ataques de ambos os países a navios petroleiros de países neutros ou teoricamente neutros.

A guerra Irã-Iraque durou quase oito anos, de setembro de 1980 a agosto de 1988, quando o Irã aceitou a resolução 598 da ONU. Oficialmente, o Brasil manteve-se neutro quanto ao conflito. A guerra matou cerca de um milhão e meio de pessoas, e feriram muitas mais, gerando ainda, milhões de refugiados. No fim, nenhum dos motivos alegados para o início da guerra foi solucionado. As fronteiras entre os dois países permaneceram praticamente inalteradas.

Os impactos do conflito nas obras realizadas por brasileiros foram imediatos. Muitos trabalhadores árabes abandonaram a obra para lutar no front. Além disso, o porto de Basra, onde desembarcavam todos os produtos necessários à empresa brasileira, como suprimentos, fora bombardeado pelos iranianos. Porém, com os ataques, a solução encontrada foi o desembarque em Ácaba,, na Jordânia, levando a empresa a um aumento de gastos considerável. Segundo a revista Veja, a Mendes Junior pediu, a título de indenização, trezentos milhões de dólares pelos custos adicionais, e pelos atrasos nos pagamentos decorrentes do esforço de guerra iraquiano. O Iraque negou o pagamento da indenização, mas em compensação ofereceu à Mendes Júnior a construção de 345 dos 505 quilômetros da ferrovia entre Bagdá e Basra no valor de 2,4 bilhões de dólares . Mas, ficaria por conta da construtora a missão de negociar com o Banco do Brasil o financiamento das obras. Quando o prejuízo já chegava a quase meio bilhão de dólares a construtora decidiu paralisá-las. Como o Iraque precisava das mesmas, tanto quanto o Brasil precisava de petróleo, o Banco do Brasil interveio e passou a emprestar recursos ao governo de Bagdá para que as obras não fossem paralisadas e o petróleo não parasse de fluir.

Foi então que o empresário Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagen no Brasil teve uma idéia inusitada: vender automóveis ao Iraque. Como o país direcionava grande parte de suas verbas ao esforço de guerra, Sauer decidiu realizar *barter trade* com o Iraque. Trocaria seus veículos por petróleo e depois revenderia este à Petrobrás. Foi uma operação complicada, pois, em um país em guerra, a idéia era atravessar o país com caminhões carregados de petróleo até a Jordânia, onde o produto seria embarcado para o Brasil. Depois de muita negociação por intermédio da Interbrás (Petrobrás Comercio Internacional S/A), finalmente o negócio foi fechado, e a Volkswagen vendeu ao Iraque 175.000 veículos modelo Passat, a maior venda de automóveis de um único modelo já realizada.

Com esta venda e o aumento da exportação de mais armas, frangos congelados e açúcar, as vendas do Brasil ao Iraque chegaram próximas ao patamar de um bilhão de dólares. Em 1984, o ministro do petróleo do Iraque Qassem Ahmed Taqi, visitou o Brasil e voltou satisfeito com a garantia do governo brasileiro de que o país continuaria comprando 160.000 barris diários com grandes possibilidades de que este número chegasse a duzentos mil.

Em relação à indústria brasileira de armamentos, manteve-se a mesma postura pragmática, ou seja, o interesse econômico sempre sobrepujou eventuais objeções políticas. A idéia era apenas vender e se omitir de qualquer responsabilidade sobre como seriam (ou contra quem seriam) utilizadas aquelas armas.

A indústria bélica brasileira passou por um crescimento acentuado desde seu surgimento, concorrendo e chegando a vender aeronaves para gigantes da área como França, Inglaterra e EUA. Como afirma Miyamoto, para o governo brasileiro não importava a coloração do regime cliente desde que a moeda fosse o dólar. Contudo, até o puro comercialismo brasileiro tinha limites, pois o Itamaraty vetou a venda de aeronaves modelo tucano para o regime racista sul-africano, alegando que tal atitude poderia prejudicar a imagem do Brasil no mercado (MIYAMOTO, 1985).

Durante a década de 1980, o Iraque foi o principal cliente da indústria de armas brasileira. Seria simplista afirmar que se tratou apenas de uma troca de mercadorias por petróleo. Na verdade, ainda no programa de “Pragmatismo Responsável” de Geisel, as relações com o Iraque tinham o objetivo declarado de fazer com que o Brasil passasse incólume pela segunda grande alta do petróleo de 1979. O Oriente Médio, por se tratar de uma área sempre instável politicamente constitui um mercado em potencial para a compra de armamentos. Segundo dados divulgados em 1990, o Brasil teria vendido ao Iraque pelo menos 776 blindados tipo Cascavel; 380 veículos anfíbios modelo Sucuri; 300 veículos de reconhecimento chamados Jararaca e uma centena de lançadores tipo Astros. Em apenas sete anos o Iraque adquiriu do Brasil mais de um bilhão de dólares em armas, helicópteros, aviões leves, tanques e blindados (MONTENEGRO, 1992).

O conflito foi uma vitrine para os produtos brasileiros que logo foram encomendados também por países como Líbia, Catar e Arábia Saudita. Para outros tipos de armamentos o grande parceiro do Iraque foi a Avibrás (Aviação Brasileira S/A), que vendeu a Bagdá mísseis de longo alcance, foguetes, radares, explosivos e munição, além do principal item da Avibrás, o sistema Astros, que eram lançadores móveis de mísseis e foguetes com alcance de até sessenta quilômetros. No entanto, o sistema só tomou impulso de fato a partir de 1984, após a assinatura de um tratado de cooperação industrial e militar entre Brasil e Arábia Saudita, que financiou indiretamente a fabricação do sistema Astros por meio de um empréstimo ao Iraque. Esta operação deu autonomia à Avibrás, que não estava mais vinculada às forças armadas brasileiras, além de projetar o nome da empresa no mercado internacional. O governo brasileiro decidiu investir para aproveitar melhor este nicho de mercado. Para a promoção externa da indústria bélica o governo votou as “Políticas Nacionais de Material de Emprego Militar”, (PNEMEM), que se tratava de um conjunto de medidas destinadas a agilizar a burocracia e todos os recursos disponíveis para que as relações comerciais fluíssem de forma mais rápida. O sistema estabeleceu créditos e subsídios para a exportação de armas e isentou de impostos diversos produtos necessários à

fabricação de armamentos. Esta política foi reforçada pelo rompimento do acordo militar com os EUA, que fez com que o Brasil buscasse seu próprio caminho na indústria armamentista (MONTENEGRO, 1992).

A exportação do Brasil para a região durante a década de 1980 situa-se na faixa de setecentos a oitocentos milhões de dólares anuais. Apenas para o Iraque as vendas alcançaram o montante de 280 milhões de dólares, em média. A inserção da indústria de armas na relação com o Oriente Médio em geral e o Iraque em particular deve ser entendida como uma estratégia do governo muito bem planejada. Esta cooperação incluiu até projetos na área nuclear.

No início da década de 1980 o Iraque possuía um dos principais exércitos do mundo, mas aspirava dominar a tecnologia nuclear. Para isso o governo iraquiano assinou com a França um Acordo de Cooperação Nuclear. Tal acordo, porém logo foi abortado devido a um ataque surpresa do exército de Israel, que destruiu completamente as instalações de Osirak.

Em 1981, numa negociação que gera polêmica até hoje, o governo brasileiro vendeu ao Iraque grandes quantidades de urânio, em diferentes graus de enriquecimento. A edição da revista *Veja* de 24/06/1981, realizou uma reportagem de capa sobre o tema. Segundo a publicação, todo o imbróglio a respeito da venda urânio enriquecido ao Iraque começou com uma nota no jornal inglês *The Guardian*, onde foi publicado que um avião comercial do Iraque decolara do aeroporto de São José dos Campos transportando uma carga de urânio com destino á Bagdá. Esta notícia, a princípio não repercutiu na mídia brasileira. A polêmica toda só surgiu depois que o Ministério das Relações Exteriores de Israel divulgou uma nota em que inclui o Brasil num rol de cinco países que poderiam estar fornecendo urânio ao governo de Saddam Hussein. Esta menção causou um ligeiro incidente diplomático entre os dois países, pois o Brasil argumentou firmemente que o urânio vendido não era enriquecido e não podia ser responsabilizado por eventual uso do material para fins bélicos. A reportagem informava que o urânio em sua forma natural, ou apenas superficialmente

beneficiado, é material abundante e disponível no mercado, dispensando operações clandestinas para ser obtido.

O autor lembra que o Brasil vendia peças de reposição de caças e outros veículos de guerra, para o Iraque e outros países produtores de petróleo, e que desde 1980, o Brasil formava técnicos iraquianos nas diversas fases das atividades nucleares. O autor lembra as relações especiais entre os dois países, com o grande fluxo de mercadorias provenientes do Brasil e que, até o bombardeio do porto de Basra pelos iranianos em 1980, rendia ao Brasil cerca de trezentos milhões de dólares anuais.

O Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, que chefiou as pesquisas do Centro Aeroespacial de São José dos Campos apesar de negar que o Brasil desenvolvesse o processo de enriquecimento de urânio com fins bélicos, admite que não houve controle das agências internacionais na negociação com o Iraque (ATTUCH, 2003). Oficialmente, Piva, que coordenou uma equipe de vinte e quatro cientistas em Bagdá, estava apenas auxiliando os iraquianos a desenvolverem um sistema de mísseis ar-ar. Segundo ele, seu trabalho no Iraque durou de 1979 a 1982, e envolveu tão somente foguetes de curto alcance e veículos militares comprados da Avibrás. Retornou ao Iraque ainda mais duas vezes, em 1986 e no ano seguinte, quando ajudou a desenvolver os mísseis ar-ar. Mesmo depois de reformado, Piva, como vice-presidente da Órbita, que contava com a participação da Embraer, da Imbel, e da Engesa, continuou trabalhando com o Iraque. Depois que saiu da empresa, ainda atuaria como consultor da Engesa e com sua própria empresa, a HOP, sempre com o conhecimento do governo brasileiro.

Em janeiro de 1980, foi assinado um acordo de cooperação nuclear, que deveria vigorar em 1981, e, em agosto foi estabelecido um acordo de mútua colaboração na área científico-tecnológica. O acordo nuclear com o Iraque foi assinado em janeiro de 1980, em Bagdá, estabelecendo uma relação de ampla cooperação entre as entidades nacionais responsáveis pela energia nuclear em cada país, a Nuclebrás, brasileira, e a Comissão Nacional de Energia Atômica, iraquiana. O acordo seria válido por dez anos renováveis por períodos de um ano e encontrava-se vigente quando a

ONU declarou o embargo ao Iraque após a Guerra do Golfo. A cooperação nuclear seria desenvolvida principalmente nas áreas de prospecção, exploração, extração mineral e enriquecimento de urânio; fornecimento de urânio natural e de urânio levemente enriquecido, para o abastecimento dos reatores; fornecimento de equipamentos e serviços de engenharia para a construção dos reatores; intercâmbio de *know-how* do Sistema Internacional de Informações da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica); intercâmbios de visitas, realização de experiências conjuntas e formação de recursos humanos (MONTENEGRO, 1992).

Bagdá esperava com esta cooperação desenvolver armas atômicas, enquanto o Brasil, para a obtenção deste mesmo objetivo também buscava se aproveitar das relações nucleares que o Iraque possuía com França e URSS para obtenção de *know-how*. Em 1981, o CNEN (Conselho Nacional de Energia Nuclear) embarcou material para a central nuclear de Osirak, que seria bombardeada por Israel posteriormente. Uma semana depois, por meio do embaixador Sérgio Correia da Costa, o Brasil emitiria um voto de protesto contra o ataque no Conselho de Segurança da ONU.

Somente no ano de 1983, Brasil e Iraque realizaram três pedidos de votos em diversos foros multilaterais. Em março, o Brasil pediu ao Iraque que o apoiasse na reeleição no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, (ICAO). Em junho, é feito um acordo de troca de votos entre os dois países no Conselho da Organização Marítima Internacional, (IMO). E, no mês seguinte, o Iraque pediu ao Brasil que o apoiasse na candidatura daquele país na Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica, (AIEA). De uma forma geral, o Brasil declarava sua solidariedade ao Iraque nos fóruns internacionais e vice-versa. Em 1984, a empresa brasileira de engenharia *Nation* desenvolveu um projeto para construir instalações nucleares no Iraque. No entanto, o programa nunca foi adiante porque as autoridades iraquianas queriam que as mesmas fossem capazes de suportar bombardeios. Como o Iraque encontrava-se numa situação econômica complicada em decorrência do conflito com o Irã o projeto acabou sendo abandonado.

A guerra Irã-Iraque causou um grande prejuízo para a construtora Mendes Júnior. Em pleno esforço de guerra, o governo iraquiano começou a atrasar seus pagamentos para a empreiteira brasileira. Quando as dívidas já chegavam a quase meio bilhão de dólares, em 1987, a direção da empresa decidiu suspender as obras. Apenas dois anos depois a questão foi pelo menos, parcialmente solucionada, quando o Banco do Brasil assumiu as obrigações da Mendes decorrentes da obras no Iraque. Com a instabilidade da situação, a construtora ameaçou por diversas vezes deixar o país, mas logo o Banco do Brasil agia, emprestando dinheiro ao governo iraquiano. Como o Brasil precisava do petróleo do parceiro árabe, a Mendes Júnior foi usada como uma espécie de garantia do fornecimento do produto. Uma vez assinado o contrato, a Mendes Júnior reiniciou as obras, e o Banco do Brasil comunicou à Câmara de Comércio Internacional de Paris, que ele passaria a ser o credor do governo de Bagdá. Tudo estava pronto para que se retomasse o ritmo normal dos trabalhos quando a invasão do Kuwait por tropas iraquianas iniciaria uma nova guerra e assinalaria o fim das relações Brasil-Iraque por um longo período.

BIBLIOGRAFIA

ATTUCH, Leonardo. **Saddam, o Amigo do Brasil**: a História Secreta da Conexão Bagdá. 1ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

_____ e MENDES, Murillo. **Quebra de Contrato**: O Pesadelo dos Brasileiros. 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

DE CHANCIE, John. **Nasser**. s/ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

DENAUD, Patrick. **Iraque, a Guerra Permanente**: a Posição do Regime Iraquiano. 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

D'ARAÚJO, Celina e CASTRO Celso. (org.s) **Ernesto Geisel**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. **Dossiê Geisel**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FARES, Seme Taleb. **O Pragmatismo do Petróleo**: as Relações entre o Brasil e o Iraque. Curitiba: Juruá, 2009.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Do Discurso Triunfalista ao Pragmatismo Ecumênico** [Geopolítica e Política Externa no Brasil Pós-64]. (Tese-Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MONTENEGRO, Marcelo. **Indústria Bélica e Diplomacia na Relação Brasil-Iraque (1979-1989)**. (Dissertação-Mestrado) Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1992.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. **Pragmatismo Responsável e política de poder: a política externa do Governo Geisel**. (Dissertação-Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed. Porto Alegre: ED. UFRGS, 2002.